



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete Deputado Federal **Daniel Trzeciak** – PSDB/RS

Apresentação: 10/12/2024 17:32:34.110 - PLEN
PRLP 1 => PL 651/2023

PRLP n.1

PARECER DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº 651, DE 2023

PROJETO DE LEI Nº 651, DE 2023

Apensados: PL nº 654/2023, PL nº 1.573/2024, PL nº 1.597/2024, PL nº 1.674/2024, PL nº 1.676/2024, PL nº 1.714/2024, PL nº 1.801/2024, PL nº 1.954/2024, PL nº 2.323/2024, PL nº 2.640/2024 e PL nº 4.093/2024

Altera os arts. 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre os crimes de furto, furto qualificado e de roubo praticados durante calamidade pública ou de emergência social.

Autor: Deputado CORONEL TELHADA

Relator: Deputado DANIEL TRZECIAK

I - RELATÓRIO

Busca a proposição principal apenar de forma mais gravosa os crimes de furto e de roubo praticados durante estado de calamidade pública ou de emergência social.

O autor justifica a sua medida em face da maior vulnerabilidade em que as vítimas se encontram nessas circunstâncias excepcionais.

Foram apensados à presente proposta os seguintes projetos de lei:

a) PL 654/2023, de autoria da Deputada Rosana Valle, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para acrescentar causa de aumento de pena



* C D 2 4 8 8 1 7 3 3 4 1 0 0 *

- para crimes cometidos contra o patrimônio na vigência do estado de calamidade pública;
- b) PL 1.573/2024, de autoria do Deputado Mauricio Marcon, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos, visando agravar as penas referentes aos crimes de furto e roubo nas modalidades e condições que especifica e inclui-las no rol dos crimes hediondos;
- c) PL 1.597/2024, de autoria do Deputado Júnior Ferrari e outros, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 (Código Penal), para considerar causa de aumento de pena quando os crimes de furto, roubo, corrupção ativa e corrupção passiva forem cometidos na vigência de estado de calamidade pública;
- d) PL 1.674/2024, de autoria do Deputado Messias Donato, que dispõe sobre agravantes para os crimes de roubo e furto cometidos durante períodos de calamidade declarados pelo Poder Executivo;
- e) PL 1.676/2024, de autoria do Deputado Nikolas Ferreira, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para tornar como crime qualificado os casos de furtos e roubos realizados em meio a desastres e momentos de calamidade pública e inclui os tipos penais no rol dos crimes hediondos;
- f) PL 1.714/2024, de autoria do Deputado Cabo Gilberto Silva, que altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, endurecendo as penas para os crimes de furto, roubo, peculato, corrupção passiva e ativa praticados contra vítimas de desastres ambientais, tragédias e catástrofes ambientais, em período de calamidade ou emergência pública;



g) PL 1.801/2024, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que inclui no rol de crimes hediondos o furto, furto qualificado e roubo quando praticados na vigência de situação de emergência ou de estado de calamidade pública;

h) PL 1.954/2024, de autoria do Deputado Aluisio Mendes, que altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para inserir o homicídio, a lesão corporal grave e gravíssima, bem como o furto qualificado, se cometidos por ocasião de calamidade pública ou de situação de emergência, no rol de crimes hediondos;

i) PL 2.323/2024, de autoria do Deputado Ronaldo Nogueira, que altera os artigos 316, 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aplicar as penas em dobro se os crimes de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa forem praticados por ocasião de calamidade pública;

j) PL 2.640/2024, de autoria do Deputado Alexandre Lindenmeyer, que cria causa de aumento de pena para os crimes de peculato, corrupção passiva e corrupção ativa para os casos em que esses delitos forem cometidos por ocasião de calamidade pública ou de situação de emergência; e

k) PL 4093/2024, de autoria do Deputado Marcos Tavares, dispõe sobre a majoração da pena para o crime de furto praticado contra residências em áreas sujeitas a decreto de calamidade pública devido a catástrofes.

As aludidas proposições foram distribuídas à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), para análise e parecer, estando sujeitas à apreciação do Plenário.

No dia 15 de maio de 2024, foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para a pauta do Plenário.

É o Relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados se manifestar sobre as proposições referidas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, os Projetos não contêm vícios, tendo sido observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência privativa da União para legislar sobre o tema, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria neles versada.

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbram também quaisquer discrepâncias entre eles e a Constituição Federal.

Em relação à juridicidade, o Projeto de Lei principal e os apensados estão em conformidade ao direito, porquanto não violam normas e princípios do ordenamento jurídico vigente, não apresentando vícios sob os prismas da inovação, efetividade, coercitividade e generalidade.

Embora a técnica legislativa empregada na proposta principal não atenda totalmente aos ditames da Lei Complementar nº 95/98, trata-se de vícios sanáveis.

E, no que tange ao mérito dos Projetos em debate, entendemos ser imprescindível a aprovação da matéria. Destaco que estamos falando de onze (11) projetos apensados, apresentados por parlamentares de diferentes matizes ideológicas e de diferentes Estados da Federação, corroborando o grau de importância a ser dado ao tema por esta Casa do Povo. É de minha autoria, ademais, o Projeto de Lei nº 1.599/2024, não apensado a estes aqui objeto de relatoria, mas que certamente se soma a outros não apensados e que estão a tramitar também abordando a mesma temática aqui envolvida.

De acordo com o eminente penalista Fernando Galvão, *as calamidades públicas impõem o dever social de mútua assistência, e o cometimento do crime nessas circunstâncias demonstra insensibilidade para com os mandamentos emanados da solidariedade social. A calamidade produz situação de incapacidade, total ou parcial, de defesa por parte da vítima, e a*



*exigência de abstenção da conduta é maior do que no caso de não concorrerem tais circunstâncias.*¹

Assim, a prática de crime por ocasião de uma calamidade pública enseja uma maior reprovabilidade da conduta do agente, tendo em vista que ele se aproveita das circunstâncias de maior fragilidade da vítima. É certo que o cometimento de delitos é intolerável quando praticado em qualquer ocasião, mas torna-se ainda mais repugnante quando a vítima se encontra em situação de maior vulnerabilidade. Nesses casos, portanto, deve haver uma punição mais rigorosa por parte do Estado.

Por essas razões, a alteração legislativa mostra-se necessária, pois garante um maior âmbito de proteção para a sociedade, na tentativa de coibir esses atos nefastos que causam tantos prejuízos à sociedade.

Destaco, por oportuno, que em meio ao caos climático que assolou o meu Estado do Rio Grande do Sul em meados deste ano, não raro se viu notícias envolvendo abusos comportamentais de toda ordem, de furtos e roubos a voluntários que estavam na valorosa missão de resgate de vítimas, passando por estelionatários que se valiam de uma roupagem oficial para mascarar dados e receber transferências bancárias, a comerciantes que se utilizavam do caos para praticar aumento abusivo de preços de bens essenciais à sobrevivência nesses momentos de grave e triste ruptura da normalidade. Sem esquecer dos agentes públicos (e também dos que com eles contratam) enredados em desvios de donativos e recursos – um fato que já seria inconcebível em época de normalidade, quanto mais em tempos de calamidade ou emergência social.

Crises humanitárias decorrentes de eventos de calamidade, embora criem campo fértil ao crescimento da barbárie, geram ao poder público um ônus enorme de manutenção da ordem, sendo certo que o voluntariado, importantíssimo instrumento que atua no complemento às forças estatais, também necessita o devido resguardo e amparo, sob pena de aumento de tensão social ou mesmo diminuição dessa valorosa força de trabalho auxiliar, o que é inimaginável. São condutas, enfim, que merecem, pelo contexto, a reprimenda maior do ordenamento jurídico.

Como auxílio, portanto, à fiscalização administrativa e à segurança pública ostensiva tão bem empenhada em coibir tais abusos, soma-

¹ GALVÃO, Fernando. Direito Penal: Parte Geral. 7. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. p. 858-859.



se o aumento de pena para casos que extrapolem a barreira do aceitável no que concerne às atividades consumeristas e ao bom convívio entre a população em época de grave crise ou de calamidade pública.

Com efeito, no passado recente, e não só no referido período das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, mas durante a greve dos caminhoneiros ou mesmo a pandemia do COVID-19, verificou-se em vários pontos do país o reprovável aumento abusivo de preços. Trata-se de prática que rompe com o espírito de cooperação próprio da vida em sociedade e que atinge a população em momentos de grande vulnerabilidade, gerando um impacto ainda mais desproporcional. Para coibir tais práticas, e na linha da proposição em exame, proponho no substitutivo em anexo a criação de tipo penal específico no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), para criminalizar a conduta daquele que eleva abusivamente o preço de produto ou serviço por ocasião de situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Ademais, e sob o mesmo propósito, é de bom alvitre estender o âmbito protetivo previsto no projeto original para majorar a pena dos crimes contra a economia popular praticados no contexto de situação de emergência ou calamidade pública.

II.1 - Conclusão do voto

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 651, de 2023, e seus apensados, na forma do Substitutivo que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado DANIEL TRZECIAK
Relator

2024-11399



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248817334100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Trzeciak



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 651, DE 2023

Apensados: PL nº 654/2023, PL nº 1.573/2024, PL nº 1.597/2024, PL nº 1.674/2024, PL nº 1.676/2024, PL nº 1.714/2024, PL nº 1.801/2024, PL nº 1.954/2024, PL nº 2.323/2024, PL nº 2.640/2024 e PL nº 4.093/2024

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a fim de tipificar condutas e aumentar a reprimenda para crimes cometidos por ocasião de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a fim de tipificar condutas e aumentar a reprimenda para crimes cometidos por ocasião de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos 183-B e 327-A:

“Art. 183-B. Aplicam-se as penas em dobro se os crimes previstos neste Título forem cometidos por ocasião de situação de emergência ou estado de calamidade pública.”

“Art. 327-A. Aplicam-se as penas em dobro se os crimes previstos neste Capítulo forem cometidos por ocasião de situação de emergência ou estado de calamidade pública.”

Art. 3º O art. 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 333



.....

§ 2º Aplicam-se as penas em dobro se o crime previsto neste artigo for cometido por ocasião de situação de emergência ou estado de calamidade pública.” (NR)

Art. 4º A Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 4º-A:

“Art. 4º-A. Os crimes previstos nesta Lei terão as penas aumentadas até o dobro quando praticados durante situação de emergência ou estado de calamidade pública.”

Art. 5º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a a vigorar acrescida do seguinte art. 74-A:

“Art. 74-A. Elevar abusivamente o preço de produtos ou serviços por ocasião de situação de emergência ou estado de calamidade pública:

Pena - Reclusão de dois a quatro anos, e multa.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado DANIEL TRZECIAK
Relator

2024-11399

